

**Entrevista com  
HILÁRIO FRANCO JÚNIOR**

*Realizada em São Paulo, em 23 de dezembro de 2014*

Hilário Franco Júnior, professor aposentado do Departamento de História da USP, é um dos maiores medievalistas brasileiros. Realizou importantes e originais trabalhos sobre a cultura e o imaginário medievais, chegando a ser par intelectual de Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, duas das referências obrigatórias para o estudo do período e dois dos grandes nomes dos *Annales*. Aceitou com grande solicitude nosso convite para entrevistá-lo – mesmo na véspera das festas de fim de ano –, por ocasião do Seminário “Comunidade e Nacionalismo: o caso dos clubes de colônia” de que participou em nossa Faculdade.

Franco Júnior tratou da sua mudança de rumo profissional, visto que era aluno de Administração de Empresas antes de entrar no curso de História, das influências que teve durante a graduação e sobre as origens de suas pesquisas sobre a História social do futebol e outros esportes, pioneiras na área de Humanidades brasileira. Também propôs pertinentes reflexões metodológicas sobre as implicações da escolha de um objeto de estudo e levantou questões sobre o acesso à Educação e ao Ensino Superior no país.

**Epígrafe\_** O senhor, antes de cursar História na Universidade de São Paulo, era aluno de Administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas [FGV], áreas um tanto díspares. Como foi seu processo de escolha profissional e como surgiu o interesse pela História?

**Hilário Franco Júnior\_** Se vocês me permitem, vou dar uma resposta longa esperando que ela possa ser útil a alguns dos leitores da *Epígrafe*, alunos de graduação, para mostrar que eventuais crises de vocação ou deficiências de formação não são obstáculos insuperáveis.

Até entrar na USP sempre fui um aluno mediano, não havia matéria que despertasse muito o meu interesse. No colégio Dante Alighieri, onde estudei, não gostava de nada e tinha dificuldade em especial com as aulas dos idiomas ali ensinados – Latim, Italiano, Francês, Inglês e, inclusive, Português. Por isso, no fim do Ginásio [*atual Ensino Fundamental*] não queria seguir o Clássico, e nem o Científico já que não me afinava também com Matemática, Física e Química. Assim, por exclusão, acabei optando por fazer o Colegial Técnico em Contabilidade, o que tampouco me agradou, achei o curso muito chato. Então, quando estava pra me formar me perguntuei “o que fazer a seguir?”. As três opções evidentes eram Ciências Contábeis, Economia ou Administração [*de empresas*]. Um grupo de colegas ia prestar vestibular para a GV e então, meio por inércia, fui com eles. Fiz o cursinho do centro acadêmico que diziam ser o mais adequado, prestei o vestibular, descobri que eu sabia um pouquinho mais de História e Português do que imaginava, graças a isso acabei passando e me tornei aluno de Administração de empresas.

Mas na GV o perfil que vinha de trás, de aluno pouco motivado, se manteve. Assistir a cursos de Microeconomia, Macroeconomia, Estatística, etc. era desconfortável pra mim, não gostava e sentia que não tinha facilidade para aquilo. Peguei dependência em várias dessas disciplinas. Por sorte havia cadeiras como Ciência Política, Psicologia e *Marketing*, que me agradavam. Porém eu tinha consciência de que para ser administrador precisava do pacote todo. Então um evento absolutamente fora dos planos acabou por ser um divisor de águas na minha história pessoal. Em certo momento apareceu um concurso para ser professor do cursinho do Centro Acadêmico, o CPV [*Curso de Preparação Vestibular*], que preparava apenas para ingresso na GV. Nele só podia trabalhar quem fosse aluno matriculado na faculdade, por isso o rodízio de professores era grande, quando eles se formavam saíam para o mercado de trabalho em administração. Abriam-se então vagas para outros estudantes da GV virarem temporariamente professores de cursinho. No final do meu primeiro ano de graduação, ou começo do segundo, não me lembro bem, abriram-se várias vagas, entre elas, para História Geral. Curiosamente, durante toda a minha formação escolar eu não tinha tido nenhuma atração maior pela matéria, mas tinha ido bastante bem na prova do

vestibular e então decidi prestar o tal concurso, ganhar o meu dinheiro, não achava correto continuar a depender do meu pai na faculdade e a GV não era um curso barato.

Para prestar o concurso, peguei novamente as apostilas do CPV, que eu já conhecia enquanto aluno do cursinho, e passei a estudá-las com outro olhar. Quando o material sobre determinados temas não me satisfazia, procurava ler livros sobre eles. Prestei o tal concurso e entrei, até porque eram duas ou três vagas. De repente, me vi como professor, algo que jamais havia passado pela minha cabeça, nunca tinha sido hipótese de vida, mesmo como atividade provisória.

No primeiro semestre após o concurso os novos professores não davam aula, eram aquilo que se chamava ali de “estepe”: assistíamos as aulas dos colegas mais velhos e, duas ou três vezes no semestre, dávamos aulas específicas estipuladas com semanas de antecedência para nos prepararmos adequadamente. Só depois desse semestre de estagiário é que tínhamos efetivamente nossas turmas. Todo o processo foi muito interessante, uma descoberta, um aprendizado muito bom. Ousaria dizer, deixando de lado o politicamente correto, que foi muito melhor que a nossa clássica licenciatura na USP – que, aliás, eu nunca conclui porque na minha época ela absolutamente não ensinava a dar aula.

Com a experiência de cursinho aprendia-se a dar aula e de lá saíam bons professores. É verdade que no começo era muito difícil porque não havia orientação alguma. Você via a aula do colega, certo comportamento, certa postura, certa gestualização, um pouco do conteúdo e adaptava ao seu próprio perfil, tudo era na base da tentativa, de acertos e erros, prestando atenção para ver quando pisava na bola ou quando uma fórmula funcionava, desde a piadinha para animar a turma até o melhor jeito de explicar determinado fenômeno histórico. Um episódio que ilustra bem esse autodidatismo, esse tateamento, foi o da minha primeira aula, ainda como “estepe”.

Eu estava nervoso e o colega mais experiente aconselhou que eu entrasse na sala e não visse aluno algum na minha frente, que eu falasse tudo o que tinha preparado “como se fosse para uma horta de repolhos”. Esse foi o conselho, literalmente. De início não entendi muito bem o sentido daquilo, mas logo a coisa ficou clara. Para alguém que nunca pensou em ser professor, entrar na primeira aula que ministrava na vida e

encontrar cinquenta alunos na frente é impactante. Se eu notasse que um aluno bocejou, que outro estava folheando uma revista, coisas assim, eu certamente me desestabilizaria, me embananaria completamente. Mas se estivesse falando para “repolhos”, eu daria conta do recado. Se os “repolhos” gostaram ou não da aula, isso eu saberia depois, o importante naquele momento era evitar tudo que pudesse atrapalhar meu desempenho. Assim foi minha primeira experiência docente; dando aquela aula para uma plantação de “repolhos” passou o impacto, o choque inicial, e pude seguir em frente.

No semestre seguinte passei a ter minha turma, e gostei de dar aula. Percebi que é uma experiência pessoal muito interessante falar em público, trocar com as pessoas, transmitir alguma coisa, mesmo que fosse só um pouquinho (meus conhecimentos eram então muito restritos). Foi assim que finalmente descobri aquilo que queria fazer. História era muito legal, mas o que eu realmente sabia? Do que tinha aprendido no colégio tinha restado pouco. Curiosamente, foi no curso de Contabilidade, graças a um ótimo professor, que pela primeira vez tinha me sentido motivado para a História e aprendido alguns conteúdos. Mas agora era preciso mais, bem mais, eu tinha necessidade de aprender para transmitir aos alunos no cursinho. Decidi então cursar a faculdade de História paralelamente à GV.

Eu tinha um amigo que ia prestar Ciências Sociais, e isso serviu como um estímulo a mais. Contudo acabamos não nos preparando muito, pois cada um tinha sua faculdade, eu a GV, ele Artes Plásticas na FAAP. Por sorte a prova, realizada no espaço da antiga Biblioteca da História, era só dissertativa, sem questões de múltipla escolha, e fui bem. Dali, viajei para a praia com um grupo de amigos e mergulhado no clima de férias nem olhei o resultado do vestibular. Quando voltei meu pai avisou que eu havia passado e que ele tinha feito minha matrícula na USP. Mas, não sei se foram as férias, a verdade é que meu entusiasmo para fazer uma segunda faculdade havia quebrado. Continuei na GV (que não podia abandonar para trabalhar no CPV) e no cursinho, preparando muito as aulas, que iam de Egito e Mesopotâmia até Guerra da Coreia, o último item do programa vestibular da GV. Essa visão de conjunto da História acabou se revelando muito enriquecedora, extremamente importante para mim, e mesmo depois

de ter me especializado ela continua a ser útil, permitindo comparações que iluminam certos tópicos da minha especialidade.

Continuei no cursinho, cada vez gostando mais de lecionar, mas não vim cursar História, pois tinha muita aula para ministrar, além de seguir algumas disciplinas na GV. Dois anos e meio depois, porém, decidi que tinha mesmo de fazer o curso de História, que eu precisava de auxílio profissional, de especialistas me ensinando, indicando a melhor bibliografia, discutindo textos. No cursinho, eu tinha três colegas de História Geral, mas todos faziam aquilo como “bico” até se formarem como administradores. Eu queria vivenciar um ambiente no qual a História fosse o interesse comum de todo mundo. Então, fui à Secretaria, em julho, para me informar quais eram os procedimentos para começar mesmo a seguir o curso. E uma funcionária, logo de cara, falou que eu tinha perdido o direito completamente, se quisesse, teria que prestar outro vestibular. Quando eu estava saindo, decepcionado e arrependido de ter levado tanto tempo a me decidir, outro funcionário – infelizmente, não lembro quem era – lá do fundo da Secretaria me avisou que havia uma portaria recente do reitor dizendo que aqueles que tinham prestado vestibular da data tal à data tal, ainda podiam se matricular. Eu estava nesse caso, saí dali entusiasmado com a sorte, duas semanas depois fiz a matrícula e em agosto daquele ano, 1972, comecei a cursar História.

Como não havia vestibular no meio do ano, a minha turma havia ingressado seis meses antes. Era uma turma excepcional, com gente como a Laura de Mello e Souza [*ex-professora do Departamento, atualmente na Sorbonne*], grande amiga até hoje, a Leila Mezan Algranti [*professora de História da UNICAMP*], o Nicolau Sevcenko [*professor da História da USP, recentemente falecido*] e vários outros colegas muito bons, mesmo alguns que não chegaram a seguir carreira acadêmica. Tudo isso foi alimentando meu gosto pela História, inversamente proporcional ao meu interesse pela GV, o que chegou a um ponto em que abandonei o curso de administração faltando quatro disciplinas para me formar. Com um semestre de algum esforço me formaria, mas, naquele momento da vida, e não me arrependo, a pergunta que me fazia era “formar pra quê?”. Passei a me dedicar integralmente à História, amor tardio, surgido por acaso, e que definiu meu futuro.

**Epígrafe\_** Falando agora da graduação enquanto espaço de convivência – na GV e na USP –, qual foi o peso que o senhor identifica nessa fase da sua vida para sua formação? E como era o ambiente universitário em plena Ditadura Civil-Militar, mesmo que em um período de distensão?

**Hilário Franco Júnior\_** A convivência na GV globalmente não me agradava, mas é difícil fazer esse juízo, muito pelo fato de que era o curso que eu fazia que não me agradava. O perfil dos meus colegas era de filhos de grandes empresários e banqueiros, ou de classe média alta quase todos mesmo, não apenas três ou quatro na sala. Diga-se de passagem, isso aumentava muito mais a minha responsabilidade no cursinho, porque enquanto dava aula, por exemplo de Egito Antigo, projetando imagens da Pirâmide de Quéops, dando uma explicação, um aluno interrompia dizendo “Olha, quando eu estava lá, o guia me explicou tal coisa, o que você acha?”. A pessoa esteve lá, enquanto eu havia lido apenas dois ou três livros a respeito, nem sabia se eram realmente bons livros. E acontecia com quase todo assunto, em Renascimento um monte de gente dizia “No Louvre, isso, em Florença, aquilo”. O máximo a que eu tinha ido era a Montevideú e a Buenos Aires, mais nada. De um lado, eu podia ficar deprimido, revoltado da vida. Mas também podia tentar usar essa situação para me puxar pra cima.

A verdade é que no geral era um ambiente um pouco pesado pra mim. Muitos daqueles colegas eram viajados, tinham carros sempre novos e faziam programas caros todo fim-de-semana, o que me provocava certo mal-estar, certo isolamento. Eu tinha lá apenas uns três ou quatro amigos, um deles professor de Trigonometria Analítica no cursinho, de origem socioeconômica mais próxima à minha, então nos tornamos muito próximos, nos auxiliávamos um ao outro nas matérias da Administração, ele me orientando em coisas de Exatas, eu o ajudando nas de Humanas. Mas globalmente a faculdade não se encaixava com o meu perfil.

Então, quando eu vim para cá, para a História da USP, encontrei um ambiente mais intelectualizado, com o qual eu me identificava mais, dava para conversar melhor, trocar mais – claro que na GV, se eu fosse muito bom em Estatística, Microeconomia, eu poderia ter trocas com os colegas de lá, o fato de terem dinheiro e gostarem de se divertir da forma deles não tinha nenhum problema, apenas não se afinava com o meu

jeito. Quando cheguei na USP, eu podia conversar com pessoas que tinham os mesmos interesses que eu, o que foi muito gostoso. A turma era muito boa e o nível das aulas, de trabalhos, de leituras era muito interessante. As turmas não eram essa coisa imensa que são hoje e finalmente me senti um peixe dentro d'água. Isso colaborou para que eu pudesse aproveitar as aulas, as leituras, pensar em realmente transformar a História em mais que uma carreira, em um projeto de vida.

[*Quanto ao período da ditadura*] Veja, quem vinha da GV na época do chamado “Milagre Brasileiro”, tinha sido bombardeado por certo tipo de leitura da sociedade, certa ótica dos acontecimentos. Chegando na USP, não encontrei nem aquela leitura nem a divergente, não havia clima para discutir os acontecimentos com equilíbrio. Para mim o contraste foi tão grande que eu não tinha um posicionamento claro sobre aquilo tudo. Da GV eu trazia uma leitura favorável da situação. Aqui, encontrei sobre isso um certo silêncio pesado. Os argumentos que recebi de um lado eram, sobretudo, técnicos; os manifestados a meia-voz no outro eram ideológicos. De que lado estava a verdade? O que era verdade?

O que definiu um não posicionamento político naquele momento foi um terceiro elemento: o amor pela História. Pela primeira vez na vida, tinha alguma coisa que eu gostava de fazer. Então, tudo era novidade, queria ler tudo, ir bem em todos os cursos – mesmo que gostasse mais de uns que de outros – queria mergulhar em tudo aquilo. Como não havia um espaço claro de atuação política – tanto nos corredores como em sala de aula havia sobre isso mais insinuações do que afirmações – e como a História me absorvia claramente nesse contexto pessoal, de alguma forma isso abafou para mim o contexto nacional-político.

Mas ele estava lá, é claro. Era o pano de fundo mesmo se eu não prestava muito atenção a ele. Um professor que desde o começo me atraiu para a área pela qual eu já tinha certo gosto, que é a História Medieval, era mal visto pelos colegas e por parte dos alunos porque se dizia que era “dedo-duro”. Acho que ninguém conseguiu provar isso, mas naquele clima quem não se afina completamente com um grupo ou é mais distante, já é taxado como diferente e contrário. Esse professor era o Pedro Moacyr Campos (1920-1976), alguém de perfil pessoal difícil, mais carrancudo que risonho, mais ranzinza que descontraído, alguém que nunca quis ter um gabinete próprio, apenas

uma mesa no meio da biblioteca (que não era de livre acesso naquela época). Para encontrá-lo, precisava falar com a bibliotecária e passar no meio das estantes, até achar aquele “rato de biblioteca”, dono da maior erudição que encontrei na faculdade. Eu conversava bastante com ele sobre Medieval, raramente sobre outro assunto, então não posso confirmar se era ou não um “dedo-duro”.

Outro professor que me influenciou muito foi o Fernando Novais, que era o oposto de tudo isso. O Pedro Moacyr não era um bom professor, não sabia transmitir, o Fernando Novais dava aulas maravilhosas. O Pedro Moacyr tinha uma erudição incrível, não que o Novais não tivesse, mas era mais circunscrita a certa área de interesse. A do Pedro Moacyr era enciclopédica, aberta, tinha sido professor de alto alemão, tinha lecionado no Japão, falava várias línguas. Para exemplificar essa erudição, conto um episódio em uma aula de uma optativa de História da Arte: ele apresentou um quadro e começou a explicação dos detalhes da obra e seus significados. De repente, ele parou e ficou quieto durante vários segundos. Tinha uma florzinha na parte de baixo do quadro sobre a qual ele batia na tela, percorrendo sobre o simbolismo daquela flor, mas visivelmente inquieto. Até que ele desabafou e disse que não lembrava o nome daquela flor em português, e daí – isso não me sai da cabeça, mesmo depois de tanto tempo – começou a falar o nome da flor em pelo menos uma dúzia de línguas diferentes. Havia uma menina *nissei* na primeira fila e o professor disse a ela “Em Japonês, é tal coisa”, quase que pedindo auxílio para ela traduzir para Português, ao que ela respondeu que não sabia Japonês.

O Fernando Novais era mais objetivo, mais direto, fazia análises belíssimas, profundas. O Pedro Moacyr, historiograficamente, era conservador, de um positivismo arejado por leituras recentes, mas sem dúvida era homem dos fatos, dos eventos. Já o Fernando era de linha marxista, também arejado, esclarecido. No plano pessoal também eram opostos, o Fernando exuberante, aberto, conversador, o Pedro Moacyr mais fechadão. Mas foram os dois professores que me guiavam, eram o meu modelo aqui dentro. Eu tentava fazer o *mix* de dois perfis tão diferentes, pois percebia que ambos tinham muitas coisas a me oferecer. E tudo isso, no quadro do meu despertar para a História, fazia com que a questão política passasse para mim um pouco ao largo:



admirava tanto o homem acusado de ser de direita quanto o homem de esquerda, sem que as aulas de um ou de outro, longe disso, fossem panfletagem.

Isso foi importante para mim por outra razão: acho que aprendi – não sei se “aprendi” é bem o termo –, mas pelo menos tentei e tento fazer uma separação, a discernir o que são projetos políticos pessoais e o que é atuação acadêmica. Essas coisas podem, eventualmente, caminharem juntas de maneira séria, como no caso do Fernando Novais, mas acho que, na maioria dos casos que vi e vejo – muito mais no presente que no passado –, considero uma mistura intelectual e eticamente perigosa. Então, aquele começo da década de 70, anos complicados para o país e para mim, acabaram me sendo muito úteis, muito importantes, me permitiram encontrar uma luz no fim do túnel, uma direção.

**Epígrafe\_** Pegando o gancho da diferença de um professor para o outro, o que o levou a optar pela História Medieval em si? E ainda, como se deu a opção por uma abordagem predominantemente preocupada com a cultura e o imaginário, como em *Cocanha*, *A Eva Barbada*, *Os Três dedos de Adão*, etc.? Teria relação com a alteração de paradigmas historiográficos em curso no período, na década de 1970, com a ascensão de estudos culturais face a uma matriz de estudos econômicos?

**Hilário Franco Júnior\_** É um pacote um pouco complexo. Desde o cursinho, eu gostava de História Antiga e Medieval. Não tenho a mínima ideia do por quê. Tinha realmente uma empatia com o objeto, algo para o qual nunca tinha prestado atenção durante minha trajetória anterior. Em nenhum momento eu ouvi alguma explicação sobre Grécia que me levasse a pensar “puxa, que coisa interessante”. Mas, relendo apostilas, lendo alguns livros que usávamos para preparar as aulas do cursinho – elas iam de cabo a rabo da História, não dando tratamento especial a nenhum período específico que fizesse me apaixonar por ele –, percebi que tinha uma empatia indefinida entre Egito (de Mesopotâmia não gostava muito), Grécia Arcaica e Clássica, Roma republicana (da Imperial não gostava muito) e Idade Média de maneira geral. Então, eu ingressei na USP com a ideia de que iria curtir mais essas matérias, porém com a consciência de que se eu não seguisse pra valer cursos de Moderna, América, Contemporânea etc., como iria poder dar boas aulas a respeito?

O que eu não tinha muito interesse, nunca tive, foi por História do Brasil, talvez porque no cursinho era outra cadeira, outro professor, de modo que eu não tinha que falar nada o assunto. Além disso, sou obrigado a confessar que nesta casa também não tive nenhum curso de História do Brasil que me deixasse babando pela disciplina. Em suma, nunca houve algo que me atraísse para ela.

Dos cursos de Antiga e Medieval os que achei mais interessantes foram os do Pedro Moacyr, que a maioria dos meus colegas não gostava, não eram cursos muito didáticos, eram pesados. Quando alguém não tem um gosto inicial pela área – como eu, por Brasil – e encontra um professor que não sabe (ou não se interessa por isso) motivar, que é meio lento ao falar, que fala olhando mais para as próprias mãos do que para os alunos, certamente não vai gostar do curso. Mas como eu tinha o estímulo inicial, o curso me oferecia descobertas constantes, me incentivava a perguntar, a pedir recomendações de leitura. Como eu era um dos poucos que ia encontrar o prof. Pedro Moacyr na sua mesinha na biblioteca, ele percebeu que eu estava interessado por Medieval e assim consegui ter com ele um trânsito que a maioria dos colegas não tinha. Suas indicações bibliográficas eram excelentes, e comecei a me aprofundar em História Medieval.

Os cursos do Pedro Moacyr eram fundados na historiografia alemã da passagem do século XIX para o XX, em alguma coisa da historiografia francesa da primeira metade do XX, e certamente ele deve ter citado o Marc Bloch [1886-1944, *historiador francês cofundador da Revista dos Annales*], embora eu não me lembre exatamente disso. De toda forma, foram os cursos de Medieval que me despertaram o interesse por essa nova História francesa, e eu o desenvolvi principalmente pelas leituras. Terminada a graduação, eu comecei a dar aula numa pequena faculdade privada que tinha um excelente corpo docente de História, gente que lecionava também na PUC, na Unicamp e aqui no Departamento da USP, o único que não era professor numa boa universidade, era eu. Além desses colegas de qualidade o ambiente discente era gostoso, e tudo isso me estimulava.

Para dar bons cursos, passei a ler muito mais, e era a época em que começavam as primeiras traduções, em Portugal, do Jacques Le Goff [(1924-2014) *medievalista francês pertencente à chamada 3ª geração dos Annales*], por exemplo. Acho que o que me

despertou de vez para essa linhagem historiográfica foi aquele curto artigo do Le Goff “Cultura clerical e tradições folclóricas na civilização merovíngia”. Achei tão brilhante, tão interessante, tão diferente, que eu entregava uma cópia aos alunos para discutirmos. E aquele texto ficou como um modelo do que eu gostaria de fazer. Era erudito, mas inovador na abordagem, na maneira de encaminhar a discussão e escrito de forma interessante. Então, eu queria ler todas as coisas daquela linhagem historiográfica, e outras que debatiam com ela, porém o acesso era restrito pela falta desse material na biblioteca, pelo custo de importação e também pela minha velha bronca com a língua francesa, que vinha desde a minha reprovação no curso do Dante Alighieri. O mesmo tinha acontecido com o inglês, mas essa dificuldade estava superada graças à GV, onde a bibliografia era majoritariamente nessa língua.

Aqui na História da USP, ao contrário, a bibliografia (ao menos em Antiga e Medieval) era predominantemente em francês, então percebi que se queria me aprofundar não poderia ficar dependendo das traduções espanholas e portuguesas. Como não queria fazer a Aliança Francesa [*tradicional curso de Francês*] porque nunca gostei de Gramática, pedi ajuda a uma tia que era professora de Francês. Comprei dois exemplares do mesmo livro – *Le haut Moyen Âge occidental. Économies et sociétés*, de uma historiadora belga, Renée Doehaerd – e pedi que minha tia fosse traduzindo em voz alta enquanto eu acompanhava no meu exemplar em francês. Para desilusão dela, sem nenhuma explicação gramatical. De qualquer maneira, a partir daí, mesmo se de início com o dicionário ao lado, já podia ler por conta própria a bibliografia que me interessava. Quer dizer, graças à História encontrei a motivação para línguas estrangeiras que nunca tinha tido no colégio.

**Epígrafe\_** O Doutorado o senhor fez aqui mesmo no Departamento de História da USP?

**Hilário Franco Júnior\_** Essa é outra história não convencional, digamos assim. Ao final da graduação, tinha combinado com o Pedro Moacyr que iria fazer Mestrado com ele. Ele tinha interrompido as orientações há algum tempo, por decisão dele, era uma pessoa amarga com a vida, lamentava-se constantemente da falta de conhecimento dos alunos. Porém, eu fui tão chato e insistente que ele resolveu abrir uma vaga para mim.

No entanto, logo depois de termos combinado isso, ainda faltavam alguns meses para me formar, ele foi atropelado. Foi sério, ele ficou lá no Hospital do Servidor Público cheio de pesos e contrapesos, gessos, com toda a razão para estar mais amargo do que nunca, reclamando de tudo.

Depois que se recuperou, um certo dia, contrariando seu jeito de ser, ele me chamou gritando de longe no corredor das salas de aula. Me surpreendi, “o Pedro Moacyr Campos fazendo isso?”. Acontece que ele queria me pagar os vinte ou trinta dólares que eu havia emprestado para ele encomendar um livro a uma aluna que iria viajar a Nova York. Eu disse que não tinha pressa, não iria viajar tão cedo e o valor era pequeno, mas ele logo tirou um cheque, preencheu, assinou e me entregou. Ficamos conversando lá mais cinco minutos, ele falando mal da vida, o que era mais ou menos comum, nos despedimos e fomos embora. Só depois entendi que o episódio fazia parte de uma resolução geral de pendências.

Volto na semana seguinte, o prédio estava parado, e cartazes, logo na entrada, ali no térreo avisando “Em função da morte do professor Pedro Moacyr Campos, não haverá aula”. Ele tinha se matado. Perdi ali um modelo em termos de erudição e um orientador que nem tinha começado a ser formalmente meu orientador. Isso me colocou um problema: o natural seria eu procurar outro professor da área para me orientar, mas diante do perfil do Pedro Moacyr, que recusava a conviver fisicamente com os colegas, quase escondido no meio da biblioteca, eu pensei “se for me apresentar para qualquer um” – e nunca tinha feito curso de Medieval com outro professor –, “não serei bem recebido”, pelo menos essa foi minha fantasia. Mas era uma fantasia forte, então procurei a orientação da professora Maria Luiza Marcílio, de Demografia Histórica do Brasil, que tinha feito Doutorado na França, era historiograficamente muito aberta, muito boa gente.

Ela disse que de Medieval não podia orientar nada, mas podia me ajudar no plano metodológico, teórico, no plano formal de uma tese, enquanto que para o conteúdo de medieval eu teria de me virar sozinho. Feito esse acordo, comecei a Pós. E durante todo o tempo ela sempre foi muito correta, muito cortês comigo, era alguém experiente, altamente capacitada e me auxiliou como pôde. A orientação específica de Medieval não tive, até o momento que precisei ver uma documentação que não tinha aqui, só na

Espanha. Consegui uma bolsa, fiquei um ano lá, para ver arquivos, bibliotecas e, claro, finalmente conversar com especialistas. Na volta concordamos que eu poderia defender o Doutorado direto, isso foi em 1982. Tudo correu bem, porém continuei sentindo falta de um ambiente acadêmico mais medievalístico, daí – já como professor da USP – ter ido mais tarde fazer um Pós-doc com Jacques Le Goff, em 1991-1993.

**Epígrafe\_** Hoje, a academia sofre o problema de uma grande especialização. Desde a graduação, muitos estudantes já têm um interesse circunscrito a uma área, na qual eventualmente fazem iniciação científica, deixando os cursos de outras áreas passarem ao largo, cumprindo-os apenas por obrigação burocrática. Além disso, há a exigência de que os estudantes que desejam fazer intercâmbio no exterior elaborem projetos de pesquisa para obter uma bolsa. Como o senhor vê esse tipo de especialização precoce, o que enxerga nisso de perda para a formação do historiador enquanto graduando? Em sua época de graduação, essa pressão certamente não existia. O que teria levado a tal mudança?

**Hilário Franco Júnior\_** Tenho impressão de que essa mudança está no ar do tempo. Estamos numa sociedade em que todas as coisas têm que ser quantificáveis, mensuráveis. A vida profissional, quase em qualquer área, tem hoje em dia de caminhar em função de resultados numéricos. Como um Estado – o Brasil ou o Estado de São Paulo –, através dos seus órgãos competentes financiadores, pode dizer quem merece uma bolsa de pesquisa? É preciso que haja algum critério palpável, por exemplo, “ele escreveu um pouco mais de coisas que você” ou “ele escreveu em revista tal indexada e você naquela que não é indexada”. Começa-se a buscar critérios, muitas vezes até de pormenores, de coisas secundárias, mas tem que haver algum elemento diferenciador. A população cresceu, as demandas cresceram, não tem, em nenhum lugar do mundo, dinheiro suficiente para pesquisa, então é preciso elementos para diferenciar os candidatos. Enfim, acho que é um subproduto da sociedade capitalista atual.

Ter sido diferente na minha época, acho que foi muito importante para minha geração. Eu vejo muitos ex-orientados, que hoje são colegas, reclamando com toda a razão desse quantitativismo de quantos artigos publicou em um ano, quantos comparecimentos a simpósios e congressos etc. Fica uma coisa de linha de produção,

em detrimento da qualidade da produção, isso é óbvio. Muitos desses colegas reclamam: “fui obrigado a publicar dois artigos no ano passado que são apenas medianos, porque não queria escrevê-los” ou “tenho uma ideia e um material interessante, mas não tenho tempo para fazer [o texto] na velocidade que o sistema me impõe”. Então, a quantidade da produção cresceu muito, mas a qualidade eu temo que tenha caído.

Principalmente em Ciências Humanas, em que temos um ritmo de trabalho necessariamente lento, tem que ser lento, precisa ser lento. Tem uma maturação, uma reflexão, própria. Nas Ciências ditas “Exatas”, você pode publicar muito mais, basta – vou caricaturizar, mas não acho que esteja muito longe da verdade – pegar um ratinho, injetar certa substância e ficar observando alguns dias. Nem é o pesquisador sênior que observa, é um monitor. Terminada aquela experiência, redige-se um relatório de quatro, cinco páginas – é assim no mundo inteiro – e publica. Um pesquisador pode, então, publicar dezenas de trabalhos desses por ano, antes de reunir tudo numa grande obra.

Nós não podemos fazer isso. Mas a necessidade de padronização leva às vezes, na minha ótica, a certa insensibilidade dos tomadores de decisão. Um exemplo pessoal, não exatamente sobre isso, mas correlato: de tempos em tempos, depois de aposentado e morando fora do país, eu vinha e dava um curso de Pós-Graduação na USP. E mantinha alguns poucos orientandos que eu avaliava poder ajudar mesmo à distância. Até que há alguns anos atrás saiu uma determinação da Reitoria de que professor aposentado não pode dar aula de Pós, não pode orientar, a menos que apresente um projeto de pesquisa que deve ser renovado de dois em dois anos. Deixei então de orientar e de oferecer curso de Pós, embora continue a pesquisar, a escrever, a publicar: não penso que seja mais a altura de burocratizar minha atuação, de fazer um projeto formal, de submetê-lo a não sei quais instâncias, de elaborar um relatório para ser avaliado não sei por quem.

E assim como eu, vários outros colegas podiam ainda estar dando sua contribuição para a universidade. Estar aposentado não é estar superado. Às vezes é justamente o contrário, graças à experiência acumulada, à maturidade intelectual, ao fato de não ter obrigação de aulas na graduação ou de tarefas burocráticas. No entanto a universidade dispensou (ou pelo menos desestimulou) esse capital intelectual. Por

quê? Pelo que ouvi, por uma razão até plausível nas Biomédicas, onde parece ter se originado: lá o professor aposentado chega cedo ao laboratório, pega o material necessário e começa a fazer a sua pesquisa, enquanto o colega na ativa está na sala de aula. Quando este vai para o laboratório desenvolver sua pesquisa, o material que ele precisaria está ocupado pelo professor aposentado. Daí a decisão do projeto de pesquisa, de manter o aposentado sob o controle da burocracia. Não vou discutir sobre uma área que não conheço, parece fazer sentido, mas o que é que nós de Humanas temos com isso? No quê um professor aposentado de Humanas atrapalha um colega na ativa? Faltou a sensibilidade de respeitar as especificidades de cada grande área, a burocracia tornou todos os gatos pardos e colocou-os todos dentro do mesmo saco.

A exigência tresloucada de produção, produção, produção, é nefasta, mas é da sociedade atual, não só brasileira. E lutar contra isso é lutar contra moinhos de vento, todo mundo se curva à suposta pertinência deles e entra-se no jogo do “quanto mais, melhor”, embora o resultado – falo de Humanas – acabe quase sempre sendo “quanto mais, pior”. Uma das expressões disso é exatamente a necessidade de os estudantes tomarem decisões precoces quanto à sua carreira. Ora, durante a graduação muitos não têm (nem é a altura de ter) a clareza do que querem fazer pelos próximas 30-40 anos de vida acadêmica.

Tenho a impressão que hoje, diferentemente do tempo em que eu era graduando, os alunos de graduação se sentem muito pressionados, cultural e socialmente, a fazer uma opção muito precoce. No segundo ano da graduação, pensando em fazer Pós em Brasil Colonial, América Contemporânea, História Antiga etc., muitos alunos passam pelas demais disciplinas da graduação apenas pela obrigação de se formarem antes de mergulharem na sua área de interesse, descuidando da formação global, que considero muito importante, como já disse antes.

Já que nessa conversa nos dirigimos aos estudantes de graduação, o que eu queria dizer sobre isso é o seguinte: na medida do possível, não fiquem encantados com uma disciplina x logo no começo da graduação, depois disso apenas mirando o Mestrado três, quatro anos mais tarde. Tirem a viseira, olhem para os lados, aprendam um pouco de tudo. Isso é fundamental. Grande especialista não é aquele que sabe tudo sobre sua área, mas quem tem uma boa visão de conjunto que permite ter uma boa

visão sobre a especialidade. Ou seja, é quem domina um pano de fundo que permite fazer cruzamentos, comparações, reflexões sobre questões de método, sobre momentos historiográficos, diferentes abordagens etc.. Não há conhecimento isolado.

**Epígrafe\_** Em sua trajetória, trabalhando predominantemente com o imaginário e a Idade Média, como o seu interesse foi se desenrolar para os trabalhos em relação ao futebol, ao esporte? Além disso, em uma entrevista concedida ao jornalista Juca Kfourri em 2007, por ocasião do lançamento de *A Dança dos Deuses: futebol, sociedade, cultura*, o senhor diagnosticou uma resistência de dupla via para os estudos acadêmicos sobre o futebol: tanto da comunidade científica em relação a esse objeto, como dos torcedores e da imprensa esportiva em relação à abordagem acadêmica – algo que José Miguel Wisnik, no livro *Veneno Remédio*, também comenta. Como o senhor lidou com essa resistência em sua carreira? Em uma perspectiva mais ampla, como o senhor pensa a relação entre academia, especialmente a de História, e sociedade?

**Hilário Franco Júnior\_** Essa vontade de trabalhar com futebol era bastante antiga. No começo da década de 1990 já tinha essa ideia, esse desejo, mas tinha muita coisa pra fazer em Medieval e não dava para dispersar muita energia. Na época em que estava fazendo Pós-Doutorado passou por Paris um grande amigo, o sociólogo Waldemir Caldas, que tinha feito o doutorado sobre futebol, *O pontapé inicial: Memória do futebol brasileiro*. Conversando com ele, apresentei a ideia de nós dois, um historiador e um sociólogo, escrevermos um livro sobre futebol. Discutimos o assunto, concluímos que antes de escrever o livro ele deveria ser testado e desenvolvido em cursos na Pós-graduação, um semestre na Ciências Sociais, outro na História. Infelizmente o projeto foi uma “combinação de brasileiros”, muito entusiasmo na hora, mas sem continuidade. Tanto ele quanto eu por razões de tempo, outros projetos, novas responsabilidades – ele acabou algum tempo depois se transferindo da Ciência Sociais para a ECA [*Escola de Comunicação e Artes da USP*] – enfim, mudanças na vida acadêmica de cada um, não pudemos levar o projeto avante naquele momento.

Mas a coisa ficou na minha cabeça, e em determinado momento apresentei a ideia ao Flávio [*de Campos, professor de História Medieval na USP*], que além de ex-orientando, portanto tínhamos certo hábito de trabalhar juntos, já era um grande amigo e logo



abraçou com entusiasmo a ideia. Logo, para não perder o embalo, montamos um curso de Pós, ele sabendo que depois da primeira edição iria tocar o curso muito mais do que eu, porque minha vida já estava bem mais do outro lado do Atlântico. E de fato, foi o que o Flávio fez, e faz até hoje, com muita competência. Graças a isso (e à atividade de outros colegas, em outras instituições), creio que hoje o campo de estudos sobre futebol é um setor que está irreversivelmente instalado na Academia, o que não elimina os tais olhares, os tais comentários de que “a universidade teria coisa melhor pra fazer que estudar futebol”. Mas isso se deve, acho, ao desconhecimento das potencialidades epistemológicas do futebol como objeto.

Porque é preciso ter abertura de espírito. Qualquer objeto é um bom objeto, desde que trabalhado de boa maneira, com seriedade, com embasamento metodológico, com bom material. Mas ainda há pessoas que resistem, achando que só os temas “clássicos” são dignos de estudo. A situação está mudando, porém, no mundo inteiro há centros de estudos do futebol com abordagens interdisciplinares, reunindo Antropologia, Sociologia, História, Psicologia, Educação Física. Como eu digo em *A Dança dos Deuses*, o futebol é uma janela para ver a sociedade.

Apesar disso, no Brasil existe um receio, possivelmente maior da academia do que do jornalismo. O jornalismo tem o seu campo, seu mercado. Pretende fazer esse futebol descritivo, de opinião, que basta por si só. Não quer saber as implicações, as raízes históricas, sociológicas, antropológicas, as motivações psicológicas do fenômeno do futebol, quer saber é do jogo jogado. Assim, ele não tem razão de temer uma entrada da academia nesse campo. Na verdade, penso que é a academia que tem receio de entrar no tema de maneira muito jornalística, deixando em segundo plano seus métodos, suas teorias, suas observações prolongadas, suas reflexões aprofundadas, por alguma coisa mais ágil como o jornalismo e mais superficial como o jornalismo esportivo.

Essa situação me parece apenas mais um aspecto do muro que de maneira geral persiste entre academia e sociedade, mesmo que existam algumas pontes. A academia se vê como superior à sociedade, vê a sociedade como um objeto de estudo que deve ser analisado, explicado e, para setores mais ideologizados, transformado. Já a sociedade encara a academia como uma instituição distante, cujos professores e

pesquisadores ganhariam fábulas, cujos alunos receberiam bolsas e mais bolsas. Falta um diálogo mais aberto, mais respeitoso entre ambas. Diálogo que sem ser sempre tranquilo, é muito mais simples nos países desenvolvidos, onde há muito se entendeu que a universidade deve servir a sociedade, e esta para se beneficiar daquela precisa respeitá-la e apoiá-la. Este estado de coisas naturalmente afeta também o objeto de estudo futebol. Porém, acho que é inevitável que com o tempo a sociedade perceba que o futebol pode explicar muita coisa dela própria e que, portanto, a universidade não pode virar as costas a isso. O entusiasmo nas aulas e palestras sobre futebol me parece um indício disso.

**Epígrafe\_** No curso de História Medieval II ministrado pelo Flávio de Campos, a aula sobre as práticas lúdicas no Medievo, que dá uma abertura para tratar do futebol, desperta grande envolvimento dos alunos. Fica evidente a paixão das pessoas pelo futebol não só enquanto prática física, mas em termos de identidade. Como algo que é de uma paixão tão grande, que atrai tanta gente, que tem uma publicização tão forte, pode ser plausivelmente rejeitado? Se formos pensar racionalmente, é um objeto tão ou mais propício que Grécia helenística...

**Hilário Franco Júnior\_** Mas é preciso ressaltar que há um jogo entre o objeto mais imediato e o mais distanciado, não é? Quando o objeto é mais imediato, como o futebol, suscita um interesse maior, todo mundo sabe ou acha que sabe alguma coisa sobre ele, enquanto o objeto mais distanciado parece mais frio, mais acadêmico, mais conservador, mais elitizado. Gostaria de insistir que me parece não haver objeto mais ou menos interessante. É a forma de tratá-lo que vai torná-lo mais ou menos importante. Mesmo dizer que a análise do objeto mais distante é mais complicada não me parece correto. Um objeto próximo pode ser de facilidade ilusória, pois ele está tão entranhado em nós e nós nele que muitas vezes fica difícil um estudo isento, equilibrado.

É verdade que para pesquisar futebol parece bastar pegar um jornal, ouvir um programa de rádio ou um debate na televisão, ir ao estádio. Para estudar Grécia helenística, no exemplo de vocês, é necessário saber grego, frequentar grandes museus no mundo, obter livros estrangeiros, há forçosamente menos pessoas que podem

orientar, que podem dialogar sobre o assunto. Mas a diferença é relativa. No objeto mais distante há mais dificuldades práticas do que no objeto mais imediato, contudo epistemologicamente ambos valem a mesma coisa, ambos vão ensinar coisas sobre a História, mesmo se vão ensinar de modo diferente. O futebol, sendo mais próximo, parece ensinar mais que a Grécia helenística, porém não é que o futebol te ensine mais, ele ensina mais imediatamente, mais diretamente. Isso se – e a ressalva é importante – a pessoa souber olhar para ele, souber fazer as perguntas pertinentes. É claro que para a maior parte das pessoas parece mais simples entender o seu presente através do futebol do que da Grécia helenística, que vai requerer instrumentos mais sofisticados, mais distanciados. É compreensível que uma aula sobre futebol desperte mais interesse, todo mundo tem alguma experiência pessoal com ele, tem alguma relação afetiva com ele que dificilmente possuirá em relação à Grécia helenística.

**Epígrafe\_** E se os pontos de vista políticos interferem na atividade do historiador, imagino que a paixão clubística também, se o objeto estudado for o futebol...

**Hilário Franco Júnior\_** Este é um ponto interessante. Por exemplo, o João Paulo Florenzano [*doutor em Ciências Sociais pela PUC, especialista em Antropologia do Esporte*] é palmeirense e estudou o Corinthians e a “Democracia Corinthiana” de forma exemplar. Talvez se ele tivesse feito um estudo sobre o Palmeiras não tivesse ficado tão bom. Isso me lembra uma conversa com o Fernando Novais pouco antes de me formar, quando disse a ele que ia fazer o Pós em Medieval e ele argumentou que “ninguém faz melhor a história da França do que um francês”. Minha resposta, e acredito nisso até hoje, foi que algumas vezes fazer a história do próprio país (ou do próprio clube de futebol) pode ser uma vantagem em termos práticos (proximidade dos arquivos, bibliotecas, museus, monumentos, conhecimento da língua, etc.) e uma desvantagem em termos científicos (pouco controle dos dados afetivos, que por serem do próprio indivíduo ele pode não identificar).

Essa questão do próximo e do imediato é muito legal, para explicá-la didaticamente eu sempre usava em sala de aula a seguinte imagem: se você pega um objeto qualquer e o coloca a curta distância para observá-lo, terá visão de muitos detalhes – cor e textura, por exemplo –, porém sequer saberá ao certo que objeto é. Se

o afastar muito, verá o conjunto, mas sem maior precisão. Por outro lado, se você afasta convenientemente o objeto, é possível saber o que ele é e inseri-lo dentro de um contexto de uso, mesmo se com isso perde evidentemente na visão dos detalhes. Que opção eu, como historiador, faço a respeito? O constante vai-e-volta, da visão de conjunto à visão de detalhe, desta de novo para aquela e assim por diante, independentemente do período e do assunto estudado. Daí porque, como disse antes, é necessário um sólido conhecimento geral da história, não apenas de uma especialidade recortada de forma restrita.

Voltando à história da formação precoce, na época em que fui à Espanha completar a pesquisa para o Doutorado, na faculdade privada em que eu dava aula iria ficar vago meu cargo de professor de História Medieval. Falei com a Laura [*de Mello e Souza*] e ela, tendo em mente justamente a formação ampla, aceitou a missão de ministrar por um ano Medieval naquela faculdade. Hoje, ela reconhece que depois daquela experiência passou a conhecer muito mais da sua própria especialidade e a escrever textos mais ricos e profundos. Revisitem os grandes textos da Laura e verão que as análises dela passam muitas vezes pela Idade Média. Não dá para entender o Brasil Colonial ou a Europa Moderna achando que tudo começou do nada em 1500. Você tem que ter um conhecimento que recue e considere a questão dos ritmos históricos. Se for estudar Medieval, tem que recuar alguns séculos, para Brasil Colonial, outros tantos, mas se for estudar Brasil República não é preciso recuar muito, pois o ritmo histórico já está mais acelerado. É fundamental esse movimento do vai-e-vem, do geral ao particular e vice-versa. Não basta se concentrar apenas em determinado tema e ficar alheio aos outros.

**Epígrafe\_** O senhor teve a oportunidade de circular por dois ambientes universitários do estudo da História: o brasileiro, no qual se graduou e doutorou e o francês, no qual fez pós-doutorado. Recorrentemente se trata de como a formação do Ensino Superior brasileiro foi inspirada pelo modelo universitário francês, sobretudo na USP, onde a chamada “Missão Francesa” atuou intensamente na época de fundação da Faculdade de Filosofia. Que semelhanças e que diferenças entre universidades o senhor percebeu por meio da sua experiência no exterior, por exemplo, no que tange à

graduação? Como elas impactam o trabalho de historiador? Como o senhor vê as políticas de internacionalização na Universidade hoje?

**Hilário Franco Júnior\_** As diferenças são várias, porém decorrem mais das sociedades em que a universidade está inserida do que dela em si. Há muita diferença no que tange aos recursos, à tradição, à formação das pessoas, à bagagem que os alunos trazem para a universidade. Não tenho contato com alunos de graduação, porque a minha relação sempre foi com a *École de Hautes Studes en Sciences Sociales*, que é uma escola doutoral. Mas os relatos que ouço são de uma situação curiosamente convergente com a do Brasil.

Enquanto professor aqui na USP, uma das dificuldades que sentia eram as turmas imensas, portanto com nível de conhecimento e de interesse muito variável. Antes não era assim, mas a partir de um certo momento (não sei dizer quando) o professor Eurípedes Simões de Paula [1910-1977, *ex-professor de História Antiga e ex-diretor da FFLCH*] definiu que passariam a entrar 260 alunos no vestibular para o curso de História. Não posso afirmar nada quanto a hoje, mas por muito tempo esse número foi excessivo, não havia massa crítica para tanto, nem mercado de trabalho. Na França, ocorre algo semelhante desde o famoso Maio de 1968, com suas demandas de maior democratização, abertura de universidades por toda a França, aumento do número de ingressantes. O Le Goff, que sempre foi um homem de esquerda, publicamente assumido, amigo pessoal de dirigentes do Partido Socialista francês, sempre dizia “Maio de 68 acabou com a universidade francesa.” Por uma razão muito simples. Criar um monte de universidades, um monte de vagas, construir um monte de prédios quando o país tem recursos, é fácil, mas a questão é: quem é que vai dar aula? Quem é que vai assistir as aulas? Mesmo num país de forte tradição cultural, sobretudo em Humanas, como a França, a qualidade do corpo discente não podia deixar de cair. E a do corpo docente também.

O que estou falando não é politicamente correto, não está de acordo com o “democratismo” dos nossos dias, mas é a realidade dos fatos. Em países inegavelmente democráticos e ricos como os anglo-saxônicos vigora um conceito elitista de universidade, tanto no aspecto financeiro (apesar de serem disponibilizadas muitas bolsas) como no propriamente acadêmico. Nesse conceito, universidade não é para

qualquer um. A sociedade fornece seus melhores elementos para a universidade no intuito de que eles se formem e saiam melhores ainda, devolvendo o conhecimento ampliado para a sociedade nos diferentes planos de atuação desses indivíduos. E devolvendo para a própria universidade: é fabulosa a quantidade de doações que Harvard e Yale recebem de ex-alunos que são exitosos em suas atividades profissionais. No Brasil, pelo contrário, quando o aluno se forma, vira as costas para a universidade.

Claro que sou totalmente favorável ao acesso universal e gratuito à escolarização, no sentido mais amplo da palavra. Não sei, por outro lado, se é necessário que todos obrigatoriamente tenham acesso à universidade. A existência de um número de universitários proporcionalmente alto em relação aos níveis anteriores de escolarização cria apenas uma ilusão de progresso social e cultural, desmentida pelo padrão de conhecimento de parte significativa desses formados e pelas necessidades do mercado de trabalho. Na França, que tem uma alta taxa de desemprego de universitários, há dezenas de milhares de postos de trabalho não preenchidos, pois falta gente com formação técnica para mecânico, encanador, açougueiro etc.. Falta a formação e muitas vezes falta o desejo para tê-la, pois se o indivíduo é agrônomo, advogado, sociólogo etc. prefere receber um salário-desemprego do que desempenhar uma tarefa “abaixo das suas qualificações”. Isso tem um alto custo para a sociedade: financeiro, pois ela pagou o estudo e depois paga a esses indivíduos subsídio desemprego, moradia, assistência médica etc., sem nada receber em troca; psicológico, com alta taxa de depressão – a França é o país que mais consome medicamentos antidepressivos no mundo – aumento de incivilidade e criminalidade, ressentimento de certos segmentos da população.

Mais uma vez na linha do politicamente incorreto, me pergunto se o Brasil com seus altos percentuais de analfabetismo e de analfabetismo funcional, tendo recursos limitados (mesmo que altos) para a Educação, precisa ter várias universidades federais em estados pequenos. Não seria mais pertinente deslocar esses recursos para o ensino básico, formar gente que realmente sabe ler, sabe escrever, sabe fazer conta, sabe se comunicar, criando assim uma geração que pode melhor educar os filhos, inaugurando um círculo virtuoso? Lembrem-se que, segundo a Unesco, o Brasil é o 8º país do mundo em número absoluto de adultos analfabetos, que pelo exame Pisa (Programme for International Student Assessment), dentre 65 países o Brasil é o 59º em ciência, o 58º

em matemática, o 55º em leitura, o 58º em geral neste *ranking* educacional. O país precisa mais de estudantes de primeiro grau bem formados do que de universitários mal formados para as estatísticas oficiais. Quando houver uma larga base populacional bem escolarizada, o país vai querer e vai precisar de boas universidades em quantidade, já que existirá uma demanda efetiva.

Essa não é a situação presente. Claro, a vida é feita de opções e definições estratégicas como essa são complicadas, envolvem muitos interesses políticos. A verdade, porém, é que ou formamos essa base ou continuamos a enganar, como hoje. Não é possível fazer maciçamente as duas coisas ao mesmo tempo com qualidade, são dois passos, um pressupõe o outro. Nas condições atuais, o país engana na base e, desculpem, em termos gerais engana também na vida universitária. Existem lugares de excelência, como a USP e mais uma dúzia de outros locais assim no Brasil, em diferentes áreas do conhecimento. Mas, na massa, a qualidade do ensino superior brasileiro é fraca. Precisaria ter exame da OAB para quem se forma em uma faculdade de Direito? Se a pessoa se formou, não faria sentido. Mas, ainda bem que existe, pois muitos, mesmo com o diploma, não têm a mínima condição de exercer a profissão. Por isso é necessário esse filtro por meio de associações de classe em diversas áreas, uma vez que a universidade não propicia a formação adequada, e isso acontece porque com frequência ela trabalha com um material de má formação.

Nesse exemplo, o advogado que tem o canudo, mas está proibido de exercer a profissão, porque não tem a aprovação da sua associação de ofício, das duas, uma: ou ele gastou dinheiro do próprio bolso, se fez faculdade privada, e não tem retorno, ou, caso tenha estudado em universidade pública, é a sociedade que desperdiçou dinheiro com ele e também não tem retorno. Para muita gente (e para a sociedade) seria melhor seguir um curso técnico de alto nível, adequado ao mercado de trabalho, do que um curso universitário deficiente e um mercado de trabalho restrito. Como os recursos são limitados, sempre são, seria preferível canalizar boa parte desse dinheiro para os setores educacionais básicos. Enfim, inverter a óptica: preferindo cuidar do presente (ou seja, das pessoas em idade universitária, que são eleitores), todos os governos descuidam do futuro.

**Epígrafe\_** O senhor é um dos poucos historiadores brasileiros que tiveram a honra de publicar na tão prestigiada e icônica (sobretudo, para a História Medieval, vide os trabalhos de seus fundadores, Lucien Febvre e Bloch) Revista dos *Annales*, com o artigo “Les trois doigts d’Adam: Liturgie et métaphore visuelle au monastère de San Juan de la Peña”, em 2007. Poderia nos contar como foi essa experiência e o que ela significou para o senhor? Além disso, o senhor manteve um contato bastante próximo com Jacques Le Goff e mantém com Jean-Claude Schmitt, dois dos nomes mais eminentes dos *Annales* nos últimos tempos. Como o senhor vê a importância das atuais “gerações” (se é que as podemos chamar assim) dos *Annales* para a historiografia atual e para os historiadores em formação hoje?

**Hilário Franco Júnior\_** Há uma discussão interminável em torno daquilo que se chama de Escola dos *Annales*, principalmente na problematização do termo “escola” no sentido de “um grupo de pesquisadores que concebem a História de uma mesma maneira”. No caso dos *Annales*, essa “escola” passou por tantas fases na sua trajetória que tal generalização – muito usada por comodidade – encobre realidades diferentes e que mereceriam ser pensadas um pouco mais de perto. Quanto ao impacto dos *Annales* hoje em dia, eu diria que não é o mesmo que teve no passado. Ela ainda faz parte daquele “top 10” de revistas de História do mundo, mas como atualmente tem tanta oferta para todos os gostos, para todos os níveis, para todas as línguas, a relevância dos *Annales* se diluiu. Um pouco como efeito disso, um pouco como causa disso, o número de grandes nomes das Ciências Sociais e da História, principalmente, sem dúvida é menor do que há trinta anos. Não se acha mais aquilo que os franceses chamam de *mâitre à penser*, o mestre que ensina a pensar, que não se limita a ministrar aulas a partir de uma cartilha e reproduz conhecimento já disseminado. Faltam aqueles que produzem conhecimento novo e consistente e te ensinam a pensar, te levam a refletir, te dão condições de também você vir a ser um criador.

Tenho um testemunho pessoal disso que ajuda a ilustrar a ideia, e embora já tenha contado isso em outros lugares vou repetir para os leitores da *Epígrafe*. Durante dois anos e meio segui semanalmente o curso do Le Goff e sempre fiquei fascinado por dois aspectos. O primeiro era a clareza do discurso, pode-se dizer a preocupação didática, de bem comunicar, enquanto entre nós muitas vezes se camufla a fraqueza do



conteúdo com um discurso pseudo-científico, cheio de jargões e formulações obscuras. O segundo eram as observações metodológicas, jamais feitas como a enunciação de uma verdade, como um modelo a ser seguido; elas não mereciam nenhum destaque – você precisava estar atento para notá-las – resumiam-se a rápidos comentários entremeados à exposição temática. A intenção dele não era apenas passar um conteúdo, para isso seria possível simplesmente ler os livros e os artigos que ele escrevia. Aqueles pequenos detalhes, aquelas “dicas” sobre o *savoir-faire* do historiador, eram muito ricos. Era como abrir a oficina de trabalho, e enquanto ele produzia conhecimento revelava pequenos segredos do *métier*. Era um mestre que ensinava a pensar. Esse tipo de coisa não é mais frequente. O Pierre Nora – contemporanista que junto com o Le Goff organizou a célebre “Fazer História” [obra coletiva da década de 1970, composta na tradução brasileira de três volumes História: Novos Problemas, História: Novas Abordagens e História: Novos Objetos] – afirmou no enterro do Le Goff [Abril de 2014] que o medievalista tinha sido o último dos grandes porque tinha sido o último dos *mâitres à penser*.

Assim, embora ainda exista na França uma massa crítica boa, historiadores de imensa qualidade, faltam aqueles que têm algo a mais, que possuem aquele toque difícil de definir e que diferencia o grande do muito bom. Mesmo assim, é claro que continua sendo uma experiência legal você poder colaborar com uma revista que tem a história dos *Annales*. Possivelmente no contexto de trinta anos atrás, eu não poderia ter publicado nos *Annales*, era um espaço muito elitizado. Em um contexto de maior abertura puderam aceitar a minha colaboração e fiquei contente com isso, a repercussão sempre é grande.

**Epígrafe\_** O senhor fundou e editou por um considerável período a revista *Signum*, da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM). Chama a atenção a inter – ou trans – disciplinaridade presente na publicação, vista em ensaios de historiadores dedicados ao estudo de outros períodos (Laura de Mello e Souza, volume 7, de 2005), de antropólogos (Lilia Katri Moritz Schwarz, volume 6, de 2004) e uma entrevista com o multifacetado escritor Ariano Suassuna [1927-2014] (volume 6, de 2004). Como foi o processo de criação da revista? Qual a sua proposta?

**Hilário Franco Júnior**\_ Agradeço a lembrança pelo seguinte: a *Signum* original, dos dez primeiros números, é meio um xodozinho para mim. A iniciativa da criação da ABREM foi mais de colegas das Letras do que minha, eu apenas apoiei, aderi, aplaudi. Mas desde o momento em que propuseram meu nome para Presidente da ABREM – eu sou avesso a coisas burocráticas, talvez herança da GV –, concordei com uma condição, a de a associação lançar uma revista. Acho que o que faz sentido numa associação desse tipo não é somente realizar encontros de tempos em tempos, nos quais há coisas boas e outras nem tão boas, de toda forma coisas passageiras, e sim produzir algo que fique, como uma revista.

Aceita a condição da revista, fui o encarregado do projeto e da direção, pois já tinha a experiência de ter dirigido a Revista de História da USP entre 1994 e 1998. Pensei então o nome, o projeto acadêmico, o perfil dos colaboradores, a composição do conselho editorial. E chamei para meu braço direito a Lênia Márcia Mongelli [*ex-professora de Literatura Portuguesa da Letras-USP*], grande amiga, sem quem a *Signum* não existiria, pois ela cuidava da parte chata e indispensável (cobrar os autores atrasados, devolver originais inadequados, contactar a gráfica, fazer a revisão, cuidar da distribuição) e eu ficava só com o filé mignon [*risos*]. Como eu era o Presidente da ABREM e o pai da revista, eu me dava o direito de pensar somente no plano editorial, em quem convidar, que tipo de texto a gente queria, e ainda assim com a ajuda da Márcia e esporadicamente de um ou outro colega. Graças a essa cumplicidade acho que saiu uma revista interessante. Mas cuidar de revista é uma coisa trabalhosa, como vocês sabem [*risos*]. Depois de dez anos chegou um momento que não dava mais, eu precisava de mais tempo para os projetos pessoais, então saí da revista e os colegas da ABREM decidiram adotar o formato digital e um novo perfil.

**Epígrafe**\_ Hilário, por ora, encerramos a entrevista. Muito obrigado!

**Hilário Franco Júnior**\_ Agradeço o convite, foi muito legal, dar entrevista é uma experiência que eu gosto. Tem um pouco essa coisa de velho, de relato autobiográfico, de contar histórias pessoais, e se exagerei nisso peço desculpa. Mas a intenção foi boa. A autobiografia eu poderia fazer em outros locais, em outros momentos, com outras pessoas, e se fiz aqui foi achando que poderia mostrar a seus leitores uma época

diferente, permitindo assim certas comparações com o presente e, talvez, certas reflexões. Daí ter sido às vezes propositadamente provocador, acho que hoje em certos meios há uma homogeneidade de pensamento que empobrece muito. É preciso sempre pensar também o outro lado e, se nossa conversa estimular um pouco esse exercício, ficarei satisfeito. Essa foi a intenção e agradeço a vocês pela oportunidade.